

Flávia Pereira Hill

A ANTECIPAÇÃO DA
TUTELA NO PROCESSO
DE HOMOLOGAÇÃO DE
SENTENÇA ESTRANGEIRA

Prefácio de Paulo Cezar Pinheiro Carneiro
Apresentação de Humberto Dalla Bernardina de Pinho



Resumo de Antecipacao Da Tutela No Processo De Homologacao De Sentenca Estrangei

Tema ousado, moderno e tratado de forma absolutamente inovadora, cujo ponto central versa sobre a possibilidade de concessão de tutela antecipada em sede de processo de homologação de sentença estrangeira, e a homologabilidade de decisão interlocutória estrangeira urgente.

A autora desenvolveu um trabalho completo sobre o instituto da homologação de sentença estrangeira, pouquíssimo versado na doutrina pátria, apesar de sua importância nos dias de hoje, em razão dos reclamos da sociedade internacional no que concerne a facilitação da circulação de decisões judiciais.

O acesso à justiça pressupõe a garantia de todos, onde quer que estejam, de ter assegurado, obedecidos os requisitos próprios, o cumprimento de decisão judicial de qualquer natureza, proferidas em outros países.

A efetividade transnacional de uma decisão, enquanto projeção da soberania, depende da cooperação jurídica internacional, daí a assertiva da autora sobre a existência de uma complementariedade de jurisdição. O livro está dividido em sete capítulos.

Após a introdução, a autora esgota o tema referente ao instituto, sua história, conceito, natureza jurídica, sistemas de delibação, além do tratamento dispensado pelo Superior Tribunal de Justiça, após a edição da EC 45/2004.

Em seguida, como preparação para demonstração de sua tese, examina os princípios processuais de natureza constitucional: o direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva, o acesso à justiça e a sua dimensão transnacional, a duração razoável do processo, a soberania (com uma nova releitura), a isonomia e a não-discriminação e, finalmente, a cooperação jurídica internacional (capítulo 3).

Traz como modelo comparativo o direito estrangeiro, especialmente o da União Europeia (capítulo 4), estudando os princípios relacionados ao reconhecimento e à execução de medidas provisórias estrangeiras, destacando-se aqueles relativos ao mútuo reconhecimento e à livre circulação das decisões judiciais, com as inovações de um verdadeiro processo civil transnacional.

Finalmente, a autora demonstra, de forma irrefutável, a necessidade e o cabimento, tanto da tutela antecipada em sede de homologação de sentença estrangeira, como também o direito de homologação de decisão interlocutória concessiva de tutela antecipada (capítulo 6), abordando, inclusive, os tratados internacionais e o reconhecimento de medidas estrangeiras urgentes.

[Acesse aqui a versão completa deste livro](#)